

Vinicius Aquinio Silva

## **Crítica ao pós-modernismo geográfico através do conceito de Território**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito para a  
obtenção do Grau de Bacharel em  
Geografia pela Universidade Federal  
de Santa Catarina. Orientador:  
Professor Dr. Marcos Aurélio da Silva

Florianópolis

2018

---

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Vinicius Aquinio  
Crítica ao pós-modernismo geográfico através do  
conceito de Território / Vinicius Aquinio Silva ;  
orientador, Marcos Aurélio Silva, 2018.  
77 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, , Graduação  
em Geografia, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Território . 3. Pós  
modernidade. 4. Luta de Classes. 5. Imperialismo.  
I. Silva, Marcos Aurélio . II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Graduação em Geografia.  
III. Título.

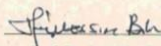
---

**Vinicius Aquinio Silva**

**Crítica ao pós-modernismo geográfico através do conceito de território.**

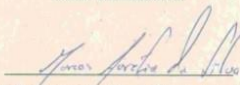
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de "Bacharel em Geografia" pela Universidade Federal de Santa Catarina e aprovado em sua forma final pelo Programa de Graduação em Geografia.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2018.

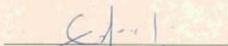


Prof. Dr. José Messias Bastos  
Coordenador do Curso

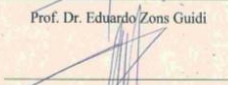
**Banca Examinadora:**



Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva (orientador)  
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Eduardo Zons Guidi



Dra. Rita Matos Coitinho

Dedico este trabalho a todas e todos que dedicaram suas vidas em prol da emancipação do trabalho sobre o capital.

## **Agradecimentos**

Ao **povo brasileiro**, que financiou minha formação acadêmica em sua totalidade.

Aos **colegas e amigos**, que me estimularam, ensinaram e ajudaram durante minha caminhada.

Aos **camaradas comunistas revolucionários**, e não oportunistas, que ao longo destes anos muito me inspiraram e ensinaram.

Ao meu orientador e camarada Professor Dr. **Marcos Aurélio da Silva**, agradeço ao seu primor teórico/metodológico e enorme paciência.

Aos meus irmãos **Gabriel e Julia**, que sempre me proporcionam bons momentos.

Aos meus pais **Jarinelson Silva e Luzinete Silva**, guerreiros que sempre me apoiaram, e muito fizeram por mim.

E por fim, à minha companheira **Daiane Yumi**. Agradeço ao seu carinho, paciência, compreensão e principalmente por sua parceria. Apazível é o caminho ao seu lado.

## **Epígrafe**

“Em sã consciência, quem se preocuparia ainda em negar a relação entre o poder e as classes dominantes?”

Nikos Poullantzas

## **Resumo**

Este trabalho tem por objetivo compreender o uso do conceito de território na Geografia do fim do século XX e início do século XXI. Entendemos que durante o período que este estudo abrange a pós-modernidade é corrente hegemônica dentro da Geografia. A partir desta constatação, buscamos contrastar, de um ponto de vista teórico-metodológico, a interpretação pós-moderna com aquela realizada pelo materialismo histórico e dialético, um exercício que permitiu trazer à luz processos históricos capazes de evidenciar as formas hoje dominantes de territorialidade. Não se nega aqui a existência de diversos territórios, todavia o exame atento da realidade concreta nos leva à constatação de que a acumulação desigual do tempo sobre o espaço é um elemento primordial para apreender e interpretar as formas que são dominantes no interior desta problemática geográfica. Neste sentido, concluímos que o trabalho de análise do território deva possuir um olhar totalizante, de modo a possibilitar a compreensão dos processos históricos formadores das territorialidades ligadas às grandes lutas de emancipação dos povos.

Palavras-Chaves: Território. Pós-Modernidade. Luta de classe. Imperialismo.

## **Abstract**

Keywords: Territory. Postmodernity. Class struggle. Imperialism.

This work aims to understand the usage of the concept of territory in the Geography camp of studies of the late 20th and early 21st century. We understand that during the period covered by this study postmodernity has been the hegemonic current within Geography. From this point of view, we seek to contrast, from a theoretical-methodological point of view, the postmodern interpretation with the other approach carried out by historical and dialectical materialism, an exercise that allowed us to bring into light historical processes capable of emphasizing the dominant forms of territoriality today. The existence of different territories is not denied here, but the detailed exam of the concrete reality led us to realize that the unequal accumulation of time over space is a primordial element to apprehend and to interpret the forms which are dominant within this geographical problem. In this sense, we conclude that the territory's analysis must have a totalizing approach in order to enable the understanding of the historical processes that form the territorialities linked to the great struggles of peoples' emancipation.



## **Lista de mapas**

<b>Mapa 1 - Configuração do sistema imperialista na América central (1906) .....</b>	<b>38</b>
<b>Mapa 2 Configuração do sistema imperialista na África, Ásia e Oceania (1900) .....</b>	<b>39</b>

## **SUMÁRIO**

<b>Introdução .....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1 - E assim, se pós-modernizou o território .....</b>	<b>16</b>
<b>Capítulo 2 - Na luta dos povos o território se materializa .....</b>	<b>36</b>
<b>Capítulo 3 - Território, Luta de classes e Geografia .....</b>	<b>52</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>73</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>76</b>

## **1. Introdução**

Este trabalho é fruto de inquietações pessoais e discussões com colegas e professoras(es).

Seu objetivo é demonstrar a importância estratégica do conceito de território para a Geografia, sobretudo para a luta de classes, tema central para uma ciência geográfica que se pretenda verdadeiramente crítica. Logo, trata-se de um trabalho teórico. Neste sentido, os estudos em gabinete, as pesquisas em bibliotecas, leituras e fichamentos foram os meios pelos quais buscamos cumprir os objetivos desta pesquisa. Trata-se assim de um trabalho teórico, meio fundamental, embora não o único, de exercer uma ciência crítica.

Partimos do pressuposto de que é impossível fazer ciência de forma neutra (NETO, 2011). É preciso escolher um lado e nós escolhemos o lado da classe operária e demais setores subalternos.

A teoria nos permite, no plano das ideias, enxergar a realidade e sua totalidade. O ato de pesquisar não é passivo, pelo contrário:

(...) precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada do objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e

deve ser dotado de criatividade e imaginação. (NETTO, 2001: 25).

Para realizar esta discussão, as categorias *aparência* e *essência* serão de grande valor. Em síntese, *aparência* diz respeito ao empírico, ao fenômeno imediato, ou seja, aquilo que se percebe em uma primeira análise, sendo esta portanto um nível da realidade (NETTO, 2001). Já na categoria *essência* a totalidade possui papel central. Nas palavras de Netto:

Capturando a sua estrutura e sua dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (NETTO, 2001: 22).

Deste modo, este conhecimento produzido (teoria) tem como instância de verificação a história.

Para dar sentido geográfico a esta abordagem totalizante, faremos uso também das categorias de *forma*, *função*, *estrutura* e *processo*, apresentadas por Milton Santos no livro *Espaço & Método*. Em suas palavras:

Forma, Função, Estrutura e Processo são as partes constituintes da totalidade. Assim, podem ser consideradas como categorias primárias para compreensão da organização do espaço. Logo, todas as partes têm de ser consideradas em conjunto, sem exceção, para uma análise totalizante. (SANTOS 1992: 52).

Através do método de pesquisa, nos posicionamos ideologicamente. Portanto, não podemos utilizar a noção de espaço territorial ao nosso bel prazer. É preciso utilizá-lo de modo a permitir uma intervenção crítica na objetividade do processo histórico.

As descobertas e a compreensão de categorias e conceitos da análise geográfica são uma etapa fundamental para o trabalho da ciência geográfica. Todavia, categorias e conceitos por si só não explicam a realidade concreta, tampouco possuem significado próprio. É necessário relacionar a teoria com a realidade histórica. Logo, é de suma importância o domínio e o conhecimento ao mesmo tempo teórico e histórico, o que leva tempo.

Deste modo, este trabalho se concretiza a partir do momento em que o autor passa a compreender de forma mais concreta a Geografia e a questionar-se sobre seus rumos.

Em nossa trajetória acadêmica, foram-nos apresentados diversos textos que discutiam e/ou utilizavam do conceito de território. A forma simplista com que alguns temas atrelados ao conceito eram tratados nos causava inquietação e ao mesmo tempo frustração. A Geografia não podia ser só isso, pensávamos.

Foi a partir deste desconforto que surgiu a motivação para elaborar este trabalho. Ao iniciarmos a pesquisa acerca do conceito de território no campo da Geografia, notamos que a

perspectiva teórica pós-moderna tem apresentado impressionante apelo e sedução, mesmo parecendo carecer de bases científicas mais sólidas.

O estudo do território não é uma novidade. Muito antes da institucionalização da Geografia enquanto ciência moderna, a humanidade já refletia a importância de compreender o território e ter domínio sobre o mesmo (LACOSTE 1988).

Em nossa pesquisa, buscaremos trabalhar com o conceito clássico da Geografia Política sobre território, tal como o definiu Moraes, uma "(...) área de exercício de um poder estatal, ou o âmbito espacial de dominação de um Estado (...)" (2011: 74).

Obviamente que outras formas e usos se atribuem ao conceito, e isso também será objeto de nossa pesquisa. Entendemos que privilegiar a escala do território-nação é chave para a compreensão de diversos fenômenos que ocorrem no espaço geográfico, cuja percepção fica comprometida se realizarmos uma análise restrita à escala local. Por exemplo, é este o limite do texto de Saquet (2009), ao abordar temas sobre o cotidiano e a família.

Diante do exposto, entendemos que o tema acima abordado merece ser debatido com afinco. A compreensão do mesmo não é homogênea dentro da academia e varia conforme as preferências teóricas e mesmo quanto aos posicionamentos

políticos, ainda que estes nem sempre sejam revelados ou não se apresentem explicitamente. Por isso buscaremos realizar uma análise calcada no materialismo histórico e dialético, demonstrando sua importância para uma análise territorial coerentemente crítica e que não omite a questão política.

É neste último sentido que buscaremos contrapor o entendimento pós-moderno sobre o conceito de território àquele da concepção marxista, que julgamos ser o mais adequado à realidade do capitalismo. A intenção, aqui, é mostrar a importância do materialismo histórico e dialético e seu rigor científico para compreensão do território em seus processos sócio-históricos e consequentemente para uma Geografia que se reconheça como uma ciência política.

Certamente não temos a pretensão aqui de dar cabo deste debate por completo. Trata-se apenas de um primeiro esforço, que posteriormente poderá ser desenvolvido com maior fôlego.

## **Capítulo 01. E assim se pós-modernizou o território**

### **1.1 Poder e microespaços**

Como apresentamos na Introdução, é para nós fundamental compreender a abordagem pós-moderna na Geografia. Principalmente, quando este se debruça sobre o território. Todavia, para compreensão do presente debate, é necessário buscar suas raízes históricas, bem como suas matrizes teóricas.

No âmbito das ciências humanas, nas últimas décadas, ganhou corpo a filosofia de cunho pós-moderno. Identificamos, a partir de Azzarà (2016), Nietzsche, Foucault e Deleuze como os possíveis precursores do pós-modernismo nas ciências humanas e consequentemente na Geografia.

A relativização da verdade científica e a prevalência do espaço sobre o tempo, para nós, é um elemento importante a ser observado nestes autores. Em *Microfísica do Poder* Foucault (2000), ao abordar a metodologia científica, diz o seguinte:

A partir de Nietzsche, essa questão se transformou. Não mais qual é o caminho mais seguro para a verdade? Mas qual o caminho aleatório da verdade? Era está a questão de Nietzsche e é também a questão de Husserl em a crise das ciências europeias. A ciência, a coerção ao



verdadeiro, a obrigação de verdade os procedimentos ritualizados para produzi-la há milênios atravessam completamente toda a sociedade ocidental e agora se universalizaram para se tornar lei geral de toda a civilização (FOUCAULT, 2000: 156).

Talvez o território seja um conceito comum que perpassa as diversas áreas das ciências humanas. Deste modo, esta categoria de análise geográfica é visível no escopo de diversas áreas do conhecimento humano como Antropologia, Ciências Sociais, História e fundamentalmente na Geografia.

O Território ocupa na obra de Foucault um papel significativo. Em *Microfísica do Poder* são inúmeras as vezes em que o conceito aparece. Na obra em questão encontra-se a seguinte afirmação sobre o conceito de território: “É sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder.” (FOUCAULT, 2000: 157).

Pode-se observar que em *Microfísica do Poder* o território está intimamente relacionado com seu principal objeto de análise: O poder, mais precisamente o poder em uma escala espacial que compreende os micros espaços.

Foucault associa o poder e o território de modo umbilical, assim como a absoluta maioria dos autores seja qual for a orientação político-filosófica. O que diferencia Foucault dos

autores de embasados na teoria marxista é que o poder se manifesta fortemente em escalas reduzidas e assim estabelece diversas formas de territorialidade, onde cada relação de poder manifesta-se em uma territorialidade distinta. Em suas palavras:

De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. (FOUCAULT, 2000: 160).

Ou seja, o poder para o autor em questão está dissolvido nos meandros da sociedade, de tal forma que chega ao ponto de personalizar-se na escala do indivíduo.

Corroborando com a visão da personificação do poder em diversos lugares e momentos transitórios da história, Foucault afirma existir uma prevalência do espaço sobre o tempo. Deixando clara a ideia de que o espaço e suas condições no presente são mais importantes do que o acúmulo histórico do tempo sobre o espaço. Evidencia assim sua posição de que quando se utiliza os conceitos espaciais nega-se a história:

A utilização de termos espaciais tem um quê de anti-história, para todos que confundem a história com as velhas formas de evolução da continuidade, da vida do desenvolvimento orgânico, do progresso da consciência ou do projeto da existência. (FOUCAULT, 2000:159).

A discussão sobre o território em perspectiva pós-moderna, como dito anteriormente, inicia-se com Deleuze, Nietzsche e Foucault. Estes autores servem de base teórica para a influente Geografia pós-moderna, que ganha corpo no fim do século XX e início do XXI.

## 1.2 A influência europeia

Buscaremos abordar agora como a Geografia brasileira se influencia com as referências pós-modernas europeias e as aplicam na Geografia contemporânea.

Compreendendo o território como palco das relações de poder, diversos foram os autores que buscaram delimitar relações de poder e espacializá-las, como Souza (2013) ou Haesbaert (2000). Este exercício teórico, empreendido por muitos Geógrafos tem por objetivo, em alguns casos, descrever a disputa por poder e consequentemente pelo espaço geográfico. Os atores sociais envolvidos nestas disputas são: nações, empresas, associações de bairro, quadrilhas criminosas, movimentos sociais, indivíduos, entre outros.

Portanto, a disputa pelo território ocorre em diversas escalas, ao mesmo tempo e de forma independente. O que estes autores querem evidenciar é a incrível riqueza das disputas territoriais que historicamente foram renegadas pela geografia clássica.

Saquet (2009), ao discutir a territorialidade, afirma o seguinte:

A territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural/agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida. (SAQUET; SPOSITO, 2009: 90).

Na disputa pelo poder no século XXI, cada pequena parcela do espaço conta, ao mesmo tempo cada parcela é disputada ferozmente, mesmo que seu uso seja apenas por um determinado período de tempo. O tempo, aliás, já não é tão importante como foi no passado, e este é um ponto de grande importância para este debate.

Para os pós-modernos existe uma constante oposição entre o espaço e o tempo, um prevalece em detrimento do outro. Na contemporaneidade, o espaço tem se prevalecido. Edward W. Soja afirma que: “Hoje, porém talvez seja mais o espaço do que o tempo que oculta de nós a ‘construção da história que proporciona o mundo tático e teórico mais revelador.’” (SOJA, 1993: 07).

Soja, em seu livro *Geografias Pós-Modernas* apresenta um panorama interessante do que o autor compreende por ser a pós modernidade na Geografia. No livro é clara a influência de M. Foucault, J. Berger, F. Jamerson, E. Mandel e H. Lefebvre. Para E. Soja, H. Lefebvre seria o precursor do que posteriormente se denominou Geografia pós-moderna.

Assim como M. Foucault, Soja enxerga o espaço como um contraponto ao tempo. Nas palavras de Soja:

O espaço em que vivemos, que nos retira de nós mesmos, no qual ocorre o desgaste de nossa vida, nossa época e nossa história, o espaço que nos dilacera e corrói, é também em si mesmo, um espaço heterogêneo. Em outras palavras, não vivemos numa espécie de vazio dentro do qual possamos situar indivíduos e coisas. (SOJA, 1993: 25).

Na leitura de Soja, o espaço ocupa papel de destaque em nosso cotidiano. Pode nos auxiliar ou obstaculizar em nossas jornadas, ao mesmo tempo em que em suas diversas porções estes auxílios e obstáculos são abundantes em sua extensão.

O que os marxistas encaravam como a ascensão do imperialismo através da internacionalização do capital financeiro, os cientistas sociais críticos começaram a interpretar como a difusão retardada do desenvolvimento (como modernidade capitalista) nas partes subdesenvolvidas tradicionais e ainda não plenamente modernizadas do mundo. (SOJA, 1993: 44).

Como se vê, assim como o espaço prevalece sobre o tempo, as disputas entre as nações perdem importância em detrimento das disputas locais. As tramas locais e/ou regionais passam a receber maior atenção, segundo esta leitura até então renegada pelos marxistas. Afinal, segundo os autores da Geografia pós-moderna, nem todas as tramas do cotidiano podem ser explicadas a partir de análises totalizantes, típicas do marxismo.

Se para Soja o imperialismo não é mais um problema, ou pelo menos não é um dos maiores, para R. Haesbaert a desterritorialização é questão a ser debatida com afinco no fim do século XX e início do XXI. Para ele o avanço tecnológico fez com que outras escalas ganhassem importância, à medida em que as dificuldades de locomoção no espaço são superadas com o desenvolvimento da técnica.

Isto, no meu entendimento, permite uma das definições possíveis dos processos de desterritorialização: a superação constante das distâncias, a tentativa de superar entraves espaciais pela velocidade, de tornar-se “liberto” em relação aos constrangimentos (ou “rugosidades” como prefere Milton Santos) geográficos. (HAESBAERT, 2000: 168).

O conceito de desterritorialização torna-se então fundamental para a compreensão do sistema em rede, que Haesbaert (ano) chama de "economia-mundo". O autor, portanto, defende o uso do conceito de desterritorialização como um dos

principais recursos analíticos que a Geografia possui para compreender o espaço e a sociedade.

A base teórica de Haesbaert para discutir a sociedade, ao menos na bibliografia consultada neste trabalho, se apoia em Raffestin. Os recursos de malha, nó e rede são analogias utilizadas para explicar as diversas configurações espaciais e históricas das sociedades contemporâneas. No entanto, possuem um valor ainda maior no presente momento histórico, uma vez que o grau de complexidade do atual modelo de sociedade jamais se viu em nenhuma outra.

Haesbaert coloca em campos opostos o território e a rede. O primeiro teria o papel delimitador, centrífugo. Já o segundo possui um caráter extrovertido, de abertura. Neste sentido, o autor lança mão do discurso do fim de determinadas fronteiras geográficas, em virtude do constante avanço tecnológico, pois

É evidente, assim que as tecnologias cada vez mais ágeis na aceleração das transformações do espaço social levam a uma destruição daquilo que é característica dos territórios: a definição de fronteiras e, por consequência, a manutenção de uma sempre relativa estabilidade. (HAESBAERT, 2000: 181).

A territorialidade clássica estaria sendo suplantada por uma nova. Uma vez que o território-rede de uma cidade, a depender de seu grau de complexidade, poderia saltar escalas e

relacionar-se diretamente com outros territórios além de suas fronteiras físicas, independentemente de suas relações regionais. Mas o contrário também seria verdadeiro, já que dentro de uma cidade diversos subsistemas se interrelacionariam:

Assim, o espaço físico de cada cidade seria a sede de vários “nós” pertencendo a sistemas diferentes, cada um com formas de enraizamento local, relações verticais distintas (HAESBAERT, 2000: 182).

Um exemplo costumeiro é o tráfico de drogas. Devido ao seu caráter ilegal, processos dele advindos devem se dar à margem do território, ao passo que em algum momento o dinheiro proveniente de tal prática deva se materializar de alguma forma, mesmo que o território onde ocorra esta materialização seja extremamente diminuto:

As redes de drogas, que se vinculam com as redes capitalistas “oficiais” principalmente nos paraísos financeiros internacionais; as formas com que elas se integram ao circuito da economia legal exigem a extraterritorialidade dos paraísos financeiros, onde a lavagem do dinheiro proveniente da rede da droga faz com que o território de uma empresa muitas vezes se reduza a uma caixa postal numa agência do correio, como ocorre com milhares de firmas na Ilhas Cayman. (HAESBAERT, 2000: 184).

Conclui-se desse raciocínio que diversas redes e territórios se sobrepõem no espaço e se interrelacionam ou não. A



miscelânea é tamanha que em diversas porções do espaço geográfico o trabalho de mapear os territórios não talvez ocorrer de modo preciso, principalmente nas periferias do sistema capitalista.

Assim, podemos afirmar que o aglomerado, mais do que um espaço “à parte”, excluído e amorfo, deve sua desordem principalmente ao fato de que nele se cruzam uma multiplicidade de redes e territórios que não permitem definições claras. É como o “vazio de sentido” contemporâneo reproduzido no sentido sociológico pela polêmica noção de “massa” tivesse sua contrapartida geográfica na noção de aglomerados humanos de exclusão. (HAESBAERT, 2000: 186).

Os percalços impostos à base da pirâmide social levam a uma condição de vida marcada pelo desprendimento territorial, haja vista os constantes desafios enfrentados por estas camadas. Assim, estes grupos estariam a todo momento na iminência de serem desterritorializados por meio de uma correlação de forças desfavoráveis para este segmento social.

Aglomerados de exclusão seriam marcados então pela desterritorialização extrema, uma certa fluidez marcada pela instabilidade e a insegurança constantes, principalmente em termos de condição material de sobrevivência, pela violência frequente e pela mobilidade destruidora de identidades.” (HAESBAERT, 2000: 195).

Outro exemplo é o de Marcelo Lopes de Souza (2014). Também ele apoia os argumentos de seus trabalhos em referências pós-modernas. Na verdade, pode-se dizer que esta é uma das principais fontes de consulta quando o assunto é a Geografia pós-moderna, já que ela apresenta uma série de conceitos, subconceitos e definições amplamente divulgadas e utilizadas nos estudos com o enfoque que até aqui descrevemos.

Um dos principais conceitos elaborados por Souza é o de Territorialidade Flexível, este é utilizado principalmente na análise de grupos sociais de prostitutas, travestis e michês. Estes grupos, portanto, seriam portadores de um território próprio, este território seria extremamente efêmero e constantemente disputado com outros grupos e/ou concorrentes.

O Território Flexível de Souza se mostra em diversas escalas geográficas, das menores às maiores. Porém nas escalas menores este conceito se mostra com maior frequência. Nos estudos destes grupos, Souza emprega o conceito para exemplificar a efemeridade e a imaterialidade do território, principalmente nos grandes centros urbanos.

Durante o dia as ruas são tomadas por outro tipo de paisagem humana, típico de movimento diurno das áreas de obsolescência: pessoas trabalhando ou fazendo compras em estabelecimentos comerciais, escritórios de baixo status e pequenas oficinas, além de moradores das

imediações. Quando a noite chega, porém, as lojas com exceção dos bares e *night clubs*, estão fechados, e os transeuntes diurnos, como trabalhadores “normais”, pessoas fazendo compras e os residentes do tipo que a moral dominante costuma identificar como “descente”, cedem lugar a outra categoria de frequentadores, como prostitutas (ou travestis, ou ainda rapazes de programa) fazendo *trottoir* nas calçadas e entretendo seus clientes em hotéis de alta rotatividade. (SOUZA, 2014: 88).

A citação acima, segundo o próprio autor, apoia-se em R. Sack. Para definir e referenciar conceitualmente Territórios Flexíveis, apresenta um trabalho do autor estadunidense de 1986, em que este falava em territórios cíclicos e flutuantes e até em territórios descontínuos articulados em redes, como por exemplo, o tráfico de drogas.

O debate sobre o território na Geografia brasileira, em muitos casos está atrelado à efemeridade de uma manifestação de poder. Para explicá-la muitos (as) autores (as), se apoiam no conceito de território para compreender esta realidade social e assim, compreendê-la.

Por exemplo, a “apropriação” de certos espaços públicos por grupos específicos, como os nordestinos nos fins de semana na Praça Saens Peña (no bairro da tijuca), na cidade do Rio de Janeiro, e a ocupação das calçadas de certos logradouros públicos por camelôs. (SOUZA, 2014: 91).

O conceito de territorialidade autônoma assume fundamental importância para o discurso de Souza. Ou seja, para este autor diversos territórios coexistem ao mesmo tempo no espaço, nem sempre de forma harmoniosa, aliás, na maioria das vezes estão em constantes disputas pelo controle do espaço. Novamente, a escala geográfica neste caso não possui grande relevância, pelo contrário, quanto menor for, mais nítido é o território e quem o territorializa e, logo, quem ou qual grupo social detém o controle daquele determinado espaço.

Sem dúvida, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformado a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. (SOUZA, 2014: 98).

Para além das questões de controle espacial, o que distingue Souza de outros autores da Geografia pós-moderna a que tivemos acesso é que, para este autor, o território é um importante fator na luta e organização popular de modo geral.

É importante dizer que Souza atribui a algumas lutas sociais, balizadas por um determinado território comum e a um dado grupo social, o caráter de luta de classe. Estas lutas seriam importantes na medida em que poderiam contagiar outros territórios e assim, estabelecer um cenário de lutas pela cidade, a

partir do território ou até mesmo de problemas comuns da cidade manifestados nos diversos territórios do espaço geográfico.

Assim, uma luta pontual e, em si, temática e socialmente limitada – o ativismo de bairro, o movimento regionalista que traz contradições de classe em seu interior ou uma organização das prostitutas para defenderem contra a truculência de uma polícia corrupta -, pode polinizar outras lutas e ajudar a instaurar uma sinergia transformadora ademais, ela pode permitir aos autores uma ampliação de sua margem de manobra contra os efeitos mais alienantes do processo de globalização hoje em curso – o que, dialeticamente, pode vir a ser um fator sustentador da consciência crítica dos atores e do seu potencial de combate. (SOUZA, 2014: 109).

Fica claro que quando Souza discute o território, ele o faz principalmente a partir da análise das relações de poder. O poder de certa forma estaria dividido em incontáveis partes, distribuído de forma heterogênea no espaço geográfico. Assim, incontáveis territórios poderiam se formar e deixar de existir a partir dos distintos arranjos e rearranjos de poder no espaço.

Para definir o conceito de Poder, Souza se apoia principalmente em Hannah Arent (*A condição Humana*, 1983), conceituando-o seguinte forma: “Não pode ser armazenado e mantido reservado para casos de emergência, como os instrumentos da violência: só existe em sua efetivação.” (SOUZA, 2013: 79). Ou seja, é um instrumento absolutamente efêmero

limitando-se a apenas ao dado momento em que é exercido. Sobre a posse do poder e a coletividade, Souza afirma o seguinte: “O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido.” (SOUZA, 2013: 80).

Portanto, fica evidente que o conceito de poder e território estão atrelados de modo estreito. E para Souza esta ideia é fundamental. Uma vez que, na medida em que ambos se materializam no espaço de maneira interdependente, um só ocorre em função do outro e vice-versa.

Por outro lado, não é apenas o território que só pode ser concebido, concretamente com a ajuda da ideia de poder. Embora talvez soe muito menos evidente (mas não deveria...), também o poder só se exerce com referência a um território e, muito frequentemente por meio de um território. (SOUZA, 2013: 87).

Aos críticos de seu trabalho, Souza afirma que aqueles autores contrários a sua proposta, sob o argumento de que ela acaba por negligenciar a materialidade, acabam coisificando o território e cometendo o equívoco de confundi-lo com o substrato espacial.

Se o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: uma relação social tornada espaço – mesmo que não de modo diretamente material, como ocorre com o

substrato, ainda que o território dependa, de várias maneiras, deste último. (SOUZA, 2013: 97/98).

Na realidade Souza afirma, apoiando-se em Arent (1983), que o poder é imaterial, apenas uma expressão espacial das relações humanas e da disputa territorial. Neste sentido, pensar o território de maneira estanque ou em grandes escalas limitaria as possibilidades analíticas que o conceito pode proporcionar para a análise geográfica, pois desta forma diversos arranjos territoriais escapariam da lente do pesquisador.

As possibilidades humanas ao longo da história recente se tornaram enormemente complexas, e são hoje imensuráveis. Para dar conta desta vastidão de possibilidades, é preciso, sobretudo, que se pense além dos preceitos tradicionais e se atualize o conceito de território para as novas realidades e configurações sociais e espaciais, bem como que se considere outros atores e agentes da disputa pelo território.

A necessidade, em nome de uma ampliação dos nossos horizontes analítico – interpretativos, de se flexibilizar o uso do conceito e “descoisificar” o território, tornando-o adequado para o estudo também de movimentos sociais e suas organizações, protestos menos e mais efêmeros, grupos de jovens, quadrilhas de criminosos e por aí vai, leva a colocar a questão do papel que a dimensão cultural simbólica pode ter em nossa conceituação de território. (SOUZA, 2013: 100).

Para Souza, já que o território está atrelado diretamente às relações de poder, e que o ser humano a todo momento disputa o poder, esta seria uma disputa que ocorre em diversas escalas e a partir de diversos critérios. Logo, se seguirmos este raciocínio, podemos afirmar que existe uma infinidade de territórios (social, simbólico, etc.) a serem considerados e estudados. Neste sentido, o trabalho do geógrafo que possui a tarefa de investigar o território em suas minúcias, ou seja, em uma escala geográfica mesmo pequena, é extremamente amplo e complexo. No mais, e aqui o que pensamos ser o mais importante, estes diferentes critérios terminam por diluir o critério fundamental para avaliar as relações de poder nas sociedades de classe, ou seja, a própria divisão em classes.

Quanto a estas disputas territoriais, em uma escala geográfica pequena, Marcelo Lopes de Souza as chama de disputas pelos nanoterritórios. Estes podem ter uma dimensão incrivelmente reduzida, chegando ao ponto de limitarem-se até mesmo a um pequeno trecho de rua.

Isso pode ser, talvez, particularmente bem exemplificado em uma grande cidade contemporânea ao levarmos em conta a miríade de práticas espaciais que ocorrem em uma escala geográfica muito reduzida (que é aquela que tenho chamado de escala do “nanoterritórios”, em que as “fronteiras” englobam uma rua ou um trecho de rua, um prédio ocupado por sem-teto, uma prisão, parcelas das



arquibancadas de um estádio de futebol...).  
(SOUZA, 2013: 104/105).

Inspirado no que R. Sack chama de Territórios Móveis e na realidade dos grandes centros urbanos, Souza elabora o conceito de Territorialidade Cíclica. Sua intenção é criar uma ferramenta de análise conceitual, que dê conta de explicar as relações dos mais variados grupos entre si, e até mesmo da disputa pelo território com grupos rivais nas ruas, na cidade, mas sobretudo nos aspectos que tangem à territorialidade urbana.

A contribuição que Souza acrescenta com o conceito de Territorialidade Cíclica é justamente o que ele apresenta como a efemeridade do domínio do território. Este domínio do espaço pode se dar até mesmo por um período de um único dia, e assim passar pelo controle de mais de um grupo. Pode-se dizer que o território possui a característica de ser cíclico porque é constantemente alvo de intensas disputas, em alguns casos até mesmo violentas, pelo seu domínio e controle.

De sua parte, os que chamei em 1995, de territórios cíclicos, podem ser exemplificados com os diferentes usos diurnos de muitas praças e outros logradouros públicos pelo mundo afora, comumente tão diferentes de seus usos noturnos. (SOUZA, 2013: 106).

É evidente que as perspectivas de Sack e Souza estão próximas. Ambos buscam, através do conceito de território, o

suporte teórico - metodológico para explicar o cotidiano das cidades contemporâneas.

Através dessa permanente instabilidade territorial os diversos grupos sociais organizam e disputam o território a todo momento. Este movimento seria o responsável por a todo o momento construir, desconstruir e reconstruir uma dada territorialidade, nem que seja em um outro local.

As territorialidades, de acordo com a conjuntura, se deslocariam no espaço para depois se estabelecerem em outro local. O novo local de domínio e extensão do poder poderia ser até mesmo em outro trecho da rua de origem ou do outro lado da cidade, assim constata-se o seu caráter móvel ou cíclico.

De dia, mães com crianças e aposentados frequentam uma praça para conversar, deixar os filhos brincar na mesma praça que a noite é ocupada por prostitutas ou travestis à espera de clientes. Em ambos os casos, o dos territórios móveis e o dos territórios cíclicos, temos ilustrações de territorialidades bastante flexíveis, uma vez que o território se desloca constantemente ou se desfaz e refaz regularmente. (SOUZA, 2013: 106/107).

O debate da geografia em torno destes temas e conceitos tem ocorrido de modo constante, principalmente por um segmento que, pretensamente, busca renovar e atualizar a ciência. No entanto, em nosso entendimento, o debate feito pela geografia pós-moderna está longe de abarcar a totalidade da realidade concreta. Na verdade, priorizam uma dimensão da análise em detrimento de outra, como as relações entre Estado e território organizadas a partir das relações de classe, bastante importantes nas lutas anticolonialistas (mas podemos pensar também nos problemas do colonialismo interno) que marcaram a história e implicaram em

decisivos processos de democratização política e social. É isto o que iremos expor nos capítulos dois e três.

## **Capítulo 02: Na luta dos povos o território se materializa**

Entre o final do século XIX e início do século XX as potências europeias em conjunto com os Estados Unidos planejaram a partilha do mundo entre si (Bruit, 1986). Organizaram assim impérios alicerçados em colônias para o desenvolvimento do capital.

Todas as nações industrialmente desenvolvidas trataram de colocar uma grande quantidade de capital fora dos limites de sua própria área política, em países estrangeiros ou em colônias, e de receber uma renda cada vez mais alta por estes investimentos. (BRUIT, 1986: 7).

O domínio colonial não se tratava, ou se trata, de uma simples ocupação física do território. Este domínio ocorre de modo a assegurar aos capitais dominantes um retorno mais elevado, tanto através do controle de matérias primas vitais quanto da oferta de uma mão de obra a um custo significativamente menor. Configurando-se, assim, portanto, um claro conflito de classes. De fato, Domenico Losurdo, quando se debruçou sobre este tema, afirmou:

(...) a luta de classes que tem como protagonistas os povos em condições coloniais ou semicoloniais ou de origem colonial; a luta travada pela classe operária nas metrópoles capitalistas, a luta das mulheres contra a ‘escravidão doméstica’. Cada uma das três lutas põe em discussão a divisão do trabalho vigente em âmbito

internacional, nacional e familiar.  
(LOSURDO, 2015: 64).

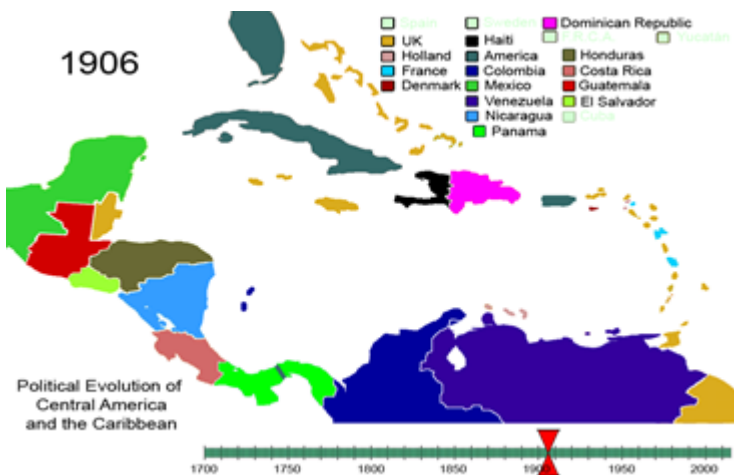
Inúmeros são os exemplos de povos oprimidos seja na etapa do colonialismo clássico, seja no período do imperialismo, diversas são as classes sociais subjugadas do Ocidente ao Oriente. Os territórios colonizados se avolumam ao redor do planeta, na América Latina, na África e na Ásia (República Dominicana, Nicarágua, Haiti, Congo, Egito, Tunísia, China, Filipinas, entre tantas outras).

Em todo caso, a expansão colonial não é um triunfo, requerida e consagrada pela Providência, da superior civilização e da ‘raça europeia’ sobre a qual devaneia (entre outros) Tocqueville; ela é, sim, um momento essencial da construção do mercado mundial pela burguesia, uma construção que se desenvolveu ‘escorrendo sangue e lama por todos os poros. Com sua luta de classe a burguesia ocidental impôs uma divisão internacional do trabalho fundada na escravidão dos negros e na expropriação, na deportação e até na aniquilação dos ameríndios.  
(LOSURDO, 2015: 48).

Neste trabalho, não temos a intenção de aprofundar a discussão sobre o processo de domínio colonial em sua totalidade. Todavia, o pontuamos de modo a ilustrar esta realidade, uma vez que julgamos ser fundamental a compreensão deste período histórico para que se possa compreender adequadamente e

elaborar qualquer análise minimamente fundamentada das mais singulares territorialidades.

**Mapa 1: Configuração do sistema imperialista na América central (1906)**



Fonte: <http://www.nextread.me> Acessado em 29/04/2018

## Mapa 2: Configuração do sistema imperialista na África, Ásia e Oceania (1900)



Fonte: <http://www.nextread.me>. Acessado em 29/04/2018.

A partir das contribuições de Losurdo (2015), compreendemos que na sociedade capitalista o capital não possui pátria, uma vez que este possui a preponderante característica de migrar para o lugar que lhe oferecer as condições de reprodução mais convenientes. E isto é um dos mecanismos centrais desenvolvimento territorial desigual

A luta de classes ocorre sobre uma materialidade, o território. A luta de classe pode gerar no território marcas que permanecerão por muito tempo. É assim que podemos traçar um paralelo entre a Guerra de Secessão nos EUA (1861 - 1865) e a interpretação que Karl Marx e Friedrich Engels (1861) elaboram durante este período e as lutas de classes.

A guerra de secessão não foi apenas uma guerra abolicionista. Ela foi uma disputa intraburguesa no seio de uma potência em ascensão. Para os autores acima citados, este foi um dos acontecimentos de maior importância de suas épocas.

De maneira sintética, podemos afirmar que ao Norte estavam aqueles que objetivavam, entre outras coisas, uma mudança do regime de trabalho – do escravagista para o assalariado –, já ao sul estavam aqueles que buscavam a manutenção da escravidão como um regime de trabalho legal.

Como sabemos, a guerra de Secessão acaba com a derrota dos confederados, o Sul escravagista. O fato de que as bandeiras escravagistas saíram derrotadas na guerra não significa que se pôs a termo a luta de classe que o povo negro teria (e ainda tem) de fazer nos Estados Unidos. De acordo com Marx e Engels (1861), esta luta estaria longe de ser concluída. E, de fato, os célebres autores foram certos em suas análises, como nos demonstra a história estadunidense:



(...) depois da abolição da escravidão, os negros tentam consolidar ou tornar efetiva a emancipação através do acesso à propriedade da terra; o fracasso dessa tentativa, obstaculizada de todas as formas pela elite branca, condena os afro-americanos à segregação nos segmentos inferiores do mercado de trabalho e à subalternidade econômica e social até nossos dias. (LOSURDO, 2015: 325/326).

A vitória dos abolicionistas não trouxe dignidade imediata aos escravos libertos. Formas de controle mais refinadas foram estabelecidas, o acesso à propriedade foi custoso e desta forma as relações de poder se mantiveram.

O fim da escravidão formal nos EUA não inclui o trabalhador de pele preta na sociedade. Pelo contrário, ela de certa maneira o excluiu, e em um primeiro momento ainda mais. Ao desassociar o trabalho braçal do trabalho desempenhado pela escravidão negra, foi possível:

Romper com essa tradição (que) significava atribuir dignidade à própria ideia de trabalho e conseguir uma importante vitória ideológica; sobretudo emancipando o trabalho ‘de pele negra’ da escravidão propriamente dita, a “guerra abolicionista” da União contra os estados escravistas e secessionistas do Sul teria criado condições mais favoráveis para a emancipação do trabalho de pele branca. (LOSURDO, 2015: 41/42).

Em vista disso, a contradição capital-trabalho receberia novos e importantes elementos. Estes ingredientes, adicionados à luta de classe mundial, trouxeram consequências diretas sobre as nações negras recém emancipadas (Haiti e a então Libéria).

Contudo, até mesmo para o proletariado europeu a vitória dos abolicionistas foi importante, de maneira a afirmar sua própria emancipação. Obviamente, esta emancipação se deu dentro dos parâmetros do capitalismo. Mas ela repercutiria até mesmo no próprio futuro do proletariado como classe social.

A Revolução Russa e o consequente advento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), bem como suas heranças político/ideológicas dispersas por todo o planeta, transformaram as relações humanas de maneira significativa para bem além do território dominado pela URSS.

Além do impacto nos próprios domínios territoriais, é inegável que o surgimento da União Soviética como uma das principais potências do mundo no século XX influenciou decisivamente na história de diversos povos, e até mesmo aqueles que não estavam diretamente sobre a zona de influência soviética, mas sob o comando do sistema capitalista. Estamos falando das lutas anticolonialistas ou antiimperialistas:

As repercussões internacionais da revolução Russa, junto com as da I Guerra Mundial, enfraqueceram o controle das

potências imperialistas sobre as colônias e semicolônias: Pelo menos até 1922, em toda a África islâmica e na Ásia - e em outros países também para além desta data – um submovimento revolucionário profundo abalou os impérios coloniais e mudanças profundas apressaram-se dentro do tecido social dos países atrasados, preparando o campo para uma recepção do marxismo em nada livresca, mas amadurecida dentro das lutas políticas e sociais de extraordinária acuidade. (AGOSTI, 2008:122/123).

O maior conflito bélico da história humana (a II Guerra Mundial de 1939 a 1945) deixou cicatrizes em diversos territórios ao redor da Terra. Do oriente ao ocidente a destruição e o terror, gerados pela guerra, foram generalizados.

No entanto, não há dúvida de que a Europa foi a porção territorial mais afetada pelas mazelas geradas durante a II Grande Guerra. A reconstrução do continente europeu talvez seja um dos maiores exemplos de disputa territorial do século XX, onde dois sistemas políticos/econômicos se enfrentaram e disputaram com afinco o poder e o controle territorial de maneira nunca antes vista na história da humanidade.

Na porção ocidental sobre a influência direta do sistema capitalista, é evidente que a construção do Estado de bem-estar social, seja na Europa, onde foi orientado pelo plano Marshall, como nos Estados Unidos, ocorreu como uma resposta ao contraponto representado pela URSS e as conquistas proletárias do povo soviético. Sobre este momento histórico, Losurdo afirma o seguinte:

As décadas entre o fim da 2ª guerra e a realizada ‘pacificação do conflito de classe’ são, ao mesmo tempo, o período

histórico que registra a eclosão da revolução anticolonial. Os povos da Ásia, da África, da América Latina libertam-se do jugo colonial ou semicolonial, ao passo em que nos Estados Unidos se desenvolve a luta dos afro-americanos para pôr fim ao regime de segregação e discriminação racial, que continua a oprimi-los, humilhá-los, relegá-los aos segmentos inferiores do mercado de trabalho e até mesmo usá-los como cobaias (LOSURDO, 2015: 14).

Losurdo (2015) chama a atenção para o fato de que muitos dos países que iniciavam a construção do Estado de bem-estar social em seus territórios possuíam domínios coloniais. A posse destes domínios coloniais possibilitava uma acumulação de capitais através de exploração/espoliação de suas colônias.

Deste modo, o exame atento da ordem mundial do período pós II Guerra Mundial revela um interessante panorama das disputas por poder e, consequentemente, por territórios.

A ordem existente destina uma divisão do trabalho particularmente abjeta aos povos privados de sua independência, sobretudo aos povos sujeitados ao domínio e saqueio colonial. (LOSURDO, 2015: 28).

As lutas travadas entre países exploradores e países explorados, sem dúvida se inserem no âmbito das lutas de classes. Não são apenas disputas entre nações, mas sim disputas entre a burguesia de um país explorador e a burguesia de um país explorado.

Marx e Engels deixam isso claro no *Manifesto Comunista*:

A burguesia vive em luta contínua; no início, contra a aristocracia; depois, contra as partes da própria burguesia cujos interesses entram em conflito com os progressos da indústria; e sempre contra a burguesia dos países estrangeiros. (MARX; ENGELS, 2007: 54).

Diversos foram os momentos da história humana em que conflitos entre nações foram narrados como disputas entre o bem e o mal, ou democracia contra totalitarismo. Fato que em grande medida acaba passando despercebido para alguns pesquisadores é que estas disputas são entre burguesias nacionais diferentes e até mesmo internas entre diferentes setores dominantes. De fato, pode-se a este respeito pensar no que escreveu Milton Santos:

(...) quando corretamente rejeitando a tese de um suposto desaparecimento dos Estados nacionais na atual fase histórica, falou de “territórios nacionais” que “se transforma(m) em espaços nacionais da economia internacional (SILVA, 2016 p. 20/21).

E não é muito diferente a posição de Losurdo quando, ainda a respeito dos conflitos entre Inglaterra e Irlanda, insiste: “(...) é necessário questionar não a suposta ‘natureza dos irlandeses’, mas o ‘desgoverno britânico’ e, portanto, as responsabilidades das classes dominantes” britânicas (LOSURDO, 2015: 50). Losurdo narra, nesta passagem, a opressão sofrida pelos cidadãos de origem Irlandesa na Inglaterra. Estes são obrigados a ocupar postos de trabalho inferiores, pois eram vistos como uma raça inferior, sofrendo até mesmo opressões de operários ingleses.

Para além das disputas entre as classes sociais no território, a história é peça chave para compreender o desenrolar da marcha da humanidade, o que significa colocar a questão territorial como ligada à totalidade social.

De fato, é necessário e importante estudar as configurações territoriais com uma maior riqueza de detalhes. Todavia, entendemos que estes estudos, caso queiram realmente contribuir com o avanço da Geografia, não devem de modo algum deixar de considerar os aspectos totalizantes da realidade concreta.

Assim, conceitos como o de Formação Econômico Social (FES) e Formação Socioespacial (FSE) são fundamentais para que se possa apreender a realidade em sua totalidade. E esta totalidade deve ser apreendida a partir das complexas relações entre o externo e o interno das formações sociais.

“Nações-Estado”, elas mesmas “unidades geográficas de estudo”, “são formações sócio-econômicas por excelência tanto pela necessidade e complexidade das relações exteriores quanto pelas necessidades emergentes das sociedades locais.” (SILVA, 2016, p. 06).

Para nós, uma compreensão do território e suas infindáveis configurações exige que se conheça e se considere os acontecimentos pregressos, de modo a evitar simplificações da realidade, mas também as progressões da história que se transforma. Como destaca Stalin:

(...) disso se compreende que a nação, como todo fenômeno histórico, está sujeita à lei da transformação, tem sua história, começo e fim.” (STALIN, 1913: 05).

Através do debate desenvolvido acima, podemos afirmar que as diversas configurações territoriais se formam por de modo vertical, assim é evidente a estratificação territorial de cada nação segundo suas respectivas classes dominantes e subalternas, estratificação que também se faz na relação entre as nações.

Em nosso entendimento, portanto, a compreensão dos conceitos de classe social e história configuram-se como fundamentais para qualquer análise territorial minimamente aderente ao processo histórico concreto.

Neste sentido é que se pode entender a afirmação de Silva (2016, p. 15), para quem a "... territorialidade, ou dialética socioespacial, até mesmo porque expressão de processos históricos concretos, pode conter diferentes graus de desigualdade”, e isto segundo diferentes escalas.

Este processo é narrado por Lenin da seguinte forma:

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são

típicos não só dos grupos fundamentais de países - as que possuem colônias e as colônias -, mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade encontram envolvidos nas malhas de dependência financeira e diplomática. (LENIN, 2003: 82).

Ou seja, ao observarmos contradições internas de determinada nação, não se pode esquecer que qualquer configuração territorial se dá sobre o acúmulo da história no espaço. As diversas maneiras de dominação, políticas e econômicas, estabelecidas no passado, reverberam no presente.

O primeiro processo de independência das Américas, a emancipação política do Haiti, é exemplar. Numerosos são os desdobramentos de seu processo de independência do jugo colonial. Não obstante, achamos importante salientar que a partir da emancipação política o poder colonialista demanda ao então governo haitiano que:

(...) em troca do reconhecimento da independência por parte do governo de Paris, eles se empenham a indenizar os colonos expropriados e privados de seu gado humano (os escravos negros). Haiti acaba endividando-se cada vez mais pesadamente – em 1898, metade do orçamento estatal é empregado para pagar o país credor e, em 1914, essa porcentagem sobe para 80%. (LOSURDO, 2015: 320/321).



Fica evidente, a partir da experiência haitiana, que não é necessária uma ocupação física sobre o território nacional para que haja um efetivo domínio/controlado de um poder externo ao território.

Seria um grande equívoco supor que o exemplo descrito anteriormente é uma característica de um passado distante, uma realidade superada no transcorrer do século XX. É óbvio que as relações de poder se refinam com o passar do tempo e em muitos casos são muitos sutis. Todavia, Losurdo não negligencia que “Na Palestina, colonialismo e anticolonialismo continuam a enfrentar-se na forma clássica.” (LOSURDO, 2015, p. 320).

Todos os povos libertos do colonialismo e de sua exploração econômica direta, caso almejem a emancipação de fato, devem ter claro que “(...) a luta pelo desenvolvimento da produção configura-se como uma extensão da luta contra o domínio colonial ou semicolonial.” (LOSURDO, 2015: 323). Em outras palavras, desenvolver-se economicamente é tarefa impreterível de qualquer nação que busque ser autônoma, livre de interferências externas negativas. Somente deste modo, é possível realizar a manutenção da independência conquistada, superando as contradições análogas ao subdesenvolvimento.

Mas não é uma tarefa simples a superação do subdesenvolvimento. Como exemplificamos acima, as nações

detentoras de poder trabalham para mantê-lo. São didáticos alguns depoimentos de funcionários do governo dos Estados Unidos durante a gestão Truman, sobre o que achavam ser indispensável para a China:

(...) é necessário criar as condições para que a China ‘sofra a chaga’ de ‘um padrão de vida geral próximo ou abaixo do nível de subsistência’, do ‘atraso econômico’ e de um ‘atraso cultural’; é necessário infligir ‘um custo pesado e bastante prolongado a toda a estrutura social’ e criar em última análise ‘um estado de caos’, ‘uma situação econômica catastrófica’ que estimule o ‘desastre’ e o colapso. (LOSURDO, 2015: 322).

As nações oprimidas de todo o mundo possuem o custoso desafio de se desenvolvem economicamente e ao mesmo tempo esquivarem-se da cobiça outras nações. Somente um diminuto grupo de nações, em todo o mundo, possuem condições de super explorarem outros povos e seus recursos, sejam naturais ou humanos.

Como antes dissemos, é preciso não esquecer que no modo de produção capitalista as lutas de classes se exercem também entre as nações e suas respectivas burguesias. Tendo este aspecto da realidade concreta em mente, podemos elaborar interpretações da realidade mais acuradas.

Sobre a ganância da maior potência mundial, em relação à nação que possui o maior estoque de força de trabalho, Losurdo diz o seguinte:

Enquanto continuar a pesar a ameaça de um ataque ‘nuclear’ sob a forma comercial, assiste-se a um jogo sutil: os Estados Unidos esperam ter a disposição um imenso país fornecedor de força de trabalho de baixo custo e de produtos de baixo conteúdo tecnológico a preços irrisórios... (LOSURDO, 2015: 328).

De modo objetivo, não é possível coadunar com aqueles que creem compreender o presente e as territorialidades mais influentes que ele apresenta, isto é, o Estado circunscrito geograficamente como Estado-nação, sem ao menos levar em conta as condições históricas que levaram à sua existência.

(...) seria bastante bizarro considerar alheia ao processo de emancipação (e de luta de classes) a luta para pôr fim, em nível internacional, à divisão internacional do trabalho que se formou pela força das armas no curso da “época colombiana”. (LOSURDO, 2015: 329).

Em outras palavras, ao pensarmos a formação de territórios e territorialidades, por mais efêmeras e sutis que possam ser, não podemos deixar de levar em conta as relações de poder que se materializam em escalas macro.

### **Capítulo 03: Território, Luta de classes e Geografia**

Já Milton Santos (2004) havia insistido que "toda teoria é sinônimo de teoria revolucionária", ao passo que o puro empirismo se presta apenas a um objetivo ideológico das classes dominantes.

Nos trabalhos de Geografia, em grande medida, nas últimas décadas, vêm prevalecendo o empírico em detrimento da teoria, ou até mesmo dos grandes temas de interesse popular. A secundarização da teoria e a exaltação do empírico de acordo com Silva:

(...) é um efeito direto da hegemonia da cultura pós-moderna em diferentes ambientes intelectuais, uma cultura que, sob o argumento da inatualidade das "grandes narrativas emancipatórias", já não se ocupa em promover a liberdade e a consciência dos homens. (SILVA, 2016: 02).

De fato, o pós-modernismo é um campo intelectual amplamente hegemônico na Geografia. Esta influência galgou seu espaço nas últimas décadas, e se apresenta sem nem mesmo fazer rodeios ao defender teses abertamente conservadoras, tanto quanto o fizeram intelectuais que estão na raiz desse pensamento, como Heidegger e Foucault (AZZARÀ, 2016). Veja-se, por exemplo, o que escreve o geógrafo Marcelo de Souza:

Não se pensa, aqui, de jeito nenhum, em ressuscitar a defesa de um "socialismo" de corte autoritário. Pelo contrário: no nosso entendimento, a implosão do "socialismo

realmente existente”, iniciada em fins de 1989, não deve ser em si mesma lamentada. (SOUZA, 1996: 08).

Em uma primeira aproximação, podemos dizer que as pesquisas territoriais que focam tão e somente sobre as escalas locais carecem de uma visão totalizante. Como exposto no capítulo 1 deste trabalho, acreditamos que a Geografia precisa se debruçar sobre as escalas menores, no entanto, é preciso observar suas relações com outras escalas, bem como e principalmente com o processo de progressão da história. Não é o que observamos nos trabalhos que se atém a escalas reduzidas. A visão totalizante ali não existe ou é muito tímida.

A necessidade de observar o todo foi bem desenvolvida por geógrafos como Moraes (2011) e Santos (1992). Nas palavras de Moraes:

Mesmo os estudos em escala de maior detalhe (regionais ou locais) necessitam localizar seus objetos de análise nos conjuntos maiores que inferem em sua vida econômica e social (por meio de legislações, tributações e outras formas de controle). (MORAES, 2011, p. 75).

Através das contribuições de Moraes (2011), encontramos elementos importantes para desenvolvermos este trabalho. Uma vez que o autor traz ao debate a necessidade "localizar os objetos de análise nos conjuntos maiores", observa-se que ele não nega a necessidade do estudo das pequenas escalas,

apenas firma a necessidade de compreendê-las como pertencentes a outras escalas, geralmente mais amplas e que as determinam.

No espaço, o tempo se acumula. Esta acumulação não ocorre de forma homogênea. O espaço se diferencia a partir de uma série de elementos naturais e humanos. As primeiras interações humanas com a natureza, os primeiros trabalhos realizados pelos homens a partir de relações sociais determinadas se acumulam desigualmente no tempo e no espaço geográfico (SANTOS, 2000).

Neste sentido, as condições de produção e reprodução humana são infinitamente distintas no espaço geográfico. A partir e através desta diferenciação, as classes sociais se configuram e estruturam o espaço. Isto é, uma sucessão histórica de ocupação do território, que com o passar do tempo pode vir a ser um território nacional dominado por um determinado grupo social, segundo as ordens do modo de produção dominante (SANTOS *Apud*, SILVA, 2016).

Stalin (1913) apresenta-nos argumentos importantes nesse sentido. Para este autor, em cada nação ocorre uma luta entre as classes dominantes. Assim, com o avanço do modo de produção capitalista:

(...) tem início um processo de dispersão das nações, um processo que tende a separar das nações séries inteiras de grupos

que saem a ganhar o pão e que terminam se instalando definitivamente noutros territórios do Estado... (STALIN, 1913 26).

O atual período do capitalismo, o imperialismo monopolista, nos coloca exatamente este problema. Como definiu Lenin, o imperialismo se estrutura a partir de cinco características. São elas:

1. A concentração da produção e do capital elevada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. A formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5. O termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LENIN, 2003: 88).

Ora, essa estrutura exige que as análises geográficas busquem observar a totalidade, cujas diversas relações partem de determinações mais amplas (da esfera monopolista), para que se possa fazer uma análise concreta da realidade no mundo atual.

Os micros ou nanoterritórios não são imunes à voracidade do capital monopolista. No entanto, é muito comum que se reproduzam hoje na Geografia pesquisas desconsiderando

os elementos da totalidade, que é sempre histórica, processual, e atinente à escala mundial. Em última instância, relações mais amplas determinam a organização econômica e social do espaço, ou ao menos, são coadjuvantes importantes desta organização. Lrnn afirma:

(...) na época do capitalismo financeiro, os monopólios de Estado e os privados se entrelaçam, formando um todo, e como tanto uns como outros não são na realidade mais que diferentes elos da luta imperialista travada pelos maiores monopolistas pela partilha do mundo. (LENIN, 2003: 56).

Se para Foucault (2000) as relações de produção são menos importantes, Milton Santos afirma exatamente o contrário. Em suas palavras:

A sociedade só pode ser definida através do espaço geográfico ou espaço concreto. A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade. (SANTOS, 1992: 49).

Como exemplificado acima, diversos autores, tanto da Geografia como das demais ciências humanas compreendem a importância de ir além dos microespaços. Assim, buscamos valorizar estas contribuições e confrontá-las com as correntes que em suas análises se restringem aos microespaços.



A corrente teórica que privilegia os microespaços, de orientação foucaltiana, é também fortemente criticada por Poulantzas, permitindo-nos observar as diversas limitações deste enfoque:

(...) Foucault e Deleuze, que privilegiam uma visão que dilui e dispersa o poder em incontáveis micro situações, subestima consideravelmente a importância das classes e da luta de classes e ignora o papel central do Estado. (POULANTZAS, 1990: 115).

Ao tratar do imperialismo monopolista (fase atual do capitalismo), Lênin afirma estarmos diante, na realidade, da:

Subordinação a um centro único de um número cada vez maior de unidades econômicas que antes eram relativamente independentes, ou, para sermos mais exatos, eram localmente limitadas. Trata-se, pois, com efeito, de uma centralização, de um reforço do papel, da importância e do poder dos gigantes monopolistas. (LENIN, 2003: 26).

A partir da contribuição de Lenin, conseguimos observar no espaço geográfico as disputas pelos territórios e consequentemente a materialização da luta de classe.

E, para a classe mais numerosa do mundo contemporâneo, o proletariado e todo o conjunto de pessoas que já não detém os meios de produção (como os camponeses ou os submetidos ao subemprego) isto não seria diferente.

O território possui papel central a estas classes (proletariado, etc.); mais que isso, é o palco onde e através do qual ocorrem as lutas de classes, uma das formas decisiva de luta pelo poder, que é ao mesmo tempo político e econômico.

Podemos afirmar que Lacoste faz importante reflexão acerca do tema:

A prática política (isto é, o exercício do poder) é, por excelência, a que exige, desde há muito, a referência a uma espacialidade diferencial bem estruturada, que exige a delimitação, a mais precisa possível, dos conjuntos espaciais os mais variados. É por essas razões que desde há séculos, as classes dirigentes fazem constituir cartas em diferentes escalas, para ter uma ideia precisa da complexidade dos territórios sobre os quais se exerce seu poder e aqueles sobre os quais poderia se projetar a articulação dos diferentes níveis de análise, efetuando-se empiricamente pela ação e a prática do poder. (LACOSTE, 1998: 194).

Lacoste (1988) contribui com o debate da territorialidade, de modo a trazer à luz elementos importantes. O autor afirma existir conjuntos espaciais distintos em diversas escalas, incluindo nesta discussão a questão de classe. Para ele o poder e a prática política são elementos fundantes de qualquer territorialidade, ao passo que mesma territorialidade não está isenta da incansável e persistente busca pelo controle e influência (direta ou indireta) das classes sociais dominantes.

Como já assinalou Santos:

Não se pode fazer uma interpretação válida dos sistemas locais em escala local. Eventos à escala mundial, sejam os de hoje ou os de ontem, contribuem mais para o entendimento dos subespaços que os fenômenos locais. (SANTOS, 1992: 22).

Por mais óbvio que possa parecer, é evidente que o controle do território de uma praça, rua ou qualquer outro microespaço, está intimamente relacionado com infinitas escalas de poder organizadas em planos maiores, como os parlamentos e as leis mais gerais do Estado, com as correlações de forças entre as classes que aí encontram expressão. Embora às vezes digam respeito ao funcionamento da ordem capitalista, estas esferas não deixam de expressar as contradições e conquistas históricas mais gerais.

De fato, como os trabalhos desenvolvidos dentro da ciência geográfica, na medida em que balizados por uma perspectiva crítica, devem buscar o que Losurdo preconiza:

“É preciso ir além da ‘emancipação política’, que é resultado da revolução burguesa: trata-se de realizar a ‘emancipação humana’, a ‘emancipação universal’”. (LOSURDO, 2015, p.13).

É certo que em uma sociedade complexa, como é a capitalista, a cadeia de comando do poder não é perceptível apenas por uma análise superficial. E exatamente por isso é que não se

pode deixar de considerar as macroescalas e seu papel de comando sob as microescalas. Ou seja, não se pode ignorar o papel das macroestruturas sobre as microescalas. A incompreensão deste aspecto da realidade social pode levar a sérios erros de interpretação.

Desta forma, podemos afirmar que a análise espacial que de fato interessa aos trabalhadores e toda humanidade, em seu percurso para a emancipação geral, é aquela que busca analisar a totalidade expressa pela mundialização. Trata-se de uma maneira pela qual o debate em torno da luta de classes pode se realizar, trazendo consigo a perspectiva de emancipação dos grupos subalternos, incluindo-se aqui diferentes frações da vida humana. Veja-se o exemplo que nos oferece Losurdo:

(...) tomemos como exemplo a fábrica capitalista: se é verdade que o poder despótico do patrão pesa sobre todos os trabalhadores, é sobre as mulheres – ressalta Engels – que se percebe de forma particularmente humilhante. A sua fábrica é ao mesmo tempo o seu harém. (LOSURDO, 2015: 30).

De fato, é importante para a Geografia não deixar de considerar todas as contradições do sistema capitalista. Uma vez que o imperialismo é um fato concreto de nosso tempo histórico, as relações entre o global e o local se aprofundam incluindo diversas formas sociais. Mas estas são relações que se dão sempre de modo vertical, ou seja, territorialmente hierarquizadas.

É importante destacar as políticas desenvolvidas através do que se costuma chamar de social democracia. Desde o período posterior a II Guerra Mundial, buscou-se aplacar o conflito de classes (Losurdo 2015). Exemplo mais concreto desta busca se deu principalmente nos estados europeus, através da construção do Estado de Bem-Estar Social.

Com o fim do contraponto ao capitalismo que a URSS representava, em todo o globo as buscas e tentativas de construção do Estado de bem-estar social se esvaem. O capital, sem ter um grande antagonista para lhe fazer frente, vê-se com um apetite ainda maior, ao mesmo tempo que destina cada vez menos espaços para as camadas populares.

A partir da organização popular frente às arbitrariedades dos processos de destruição criadora, a estratégia burguesa muda e assim, o capital através do Estado muda, em alguns casos, a forma de cálculo dos impostos sobre a terra urbana e consequentemente expulsa a classe operaria do território desejado. A especulação imobiliária, atribuindo um valor artificial ao solo, dá lugar a novos usos ao espaço. (HARVEY, 2013: 138).

É de se surpreender qualquer discussão dentro da Geografia que não leve em conta *todos* os elementos do espaço geográfico, que segundo Milton Santos são: os Homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas.

A contribuição de Milton Santos neste momento é mais atual do que nunca. Não se pode perder de vista sua visão totalizante sobre o espaço geográfico, articulando todas as esferas da vida. Em suas palavras:

O espaço é o resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada e não dos efeitos de uma variável isolada. Sozinha, uma variável é inteiramente carente de significado, como o é fora do sistema ao qual pertence. (SANTOS, 1992: 22/23).

Se tomarmos por verdadeira a afirmação de que o espaço é um sub-produto do tempo, não podemos de modo algum discutir o espaço por ele mesmo, ou seja não se deve fazer uma discussão espacial com o fim em si mesma.

As categorias *forma* (aspecto visível da coisa, arranjo dos objetos no espaço), *função* (o que se espera de algo), *estrutura* (o modo como o todo está organizado) e *processo* (a ação contínua do tempo) elaboradas por Milton Santos, nos ajudam a compreender a organização do espaço exatamente dentro desta perspectiva totalizante.

Ou seja, devemos nos balizar por estas *categorias de base* para que a análise espacial possa ser totalizante. Pois todas as partes constitutivas do espaço devem ser consideradas. A não observação destas categorias implicaria em resultados desastrosos para qualquer trabalho inserido no escopo de uma Geografia

afinada com seu tempo, principalmente a que se pretenda analisar o espaço geográfico como produto do tempo histórico que é um tempo hoje já dominado pelo capitalismo na sua forma imperialista, sob pena de se elaborar análises imprecisas e até mesmo contraditórias. E isto remete diretamente ao território, pois como assinala Silva (2016), território e espaço em Milton Santos estão diretamente ligados.

É útil aqui partir da definição de espaço de Milton Santos, forjada em estreita relação com aquela de território. Ele salienta que o território ‘se chama espaço logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo’, resultando, basicamente, ‘do trabalho realizado segundo as regras... do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas’. E é ‘o uso deste poder’ insiste, que ‘determina os tipos de relações entre as classes sociais e as formas de ocupação do território (SILVA, 2016: 13).

Em nossos dias, não é possível falar em espaços de verdadeira autonomia de grupos subalternos. É verdade que em determinados grupos existe relativa autonomia ou uma autonomia limitada perante o conjunto da sociedade. Todavia, a pequena autonomia que determinados grupos sociais possuem é muito restrita quando comparada com o que de fato ocorre em nossa sociedade, que é a subordinação de classe:

(...) há um centro único de um número cada vez maior de unidades econômicas que antes eram relativamente independentes, ou, para sermos mais exatos, eram localmente limitadas. Trata-se, com efeito, de uma centralização e de um reforço da importância e do poder dos gigantes monopolistas. (LENIN, 2003: 26).

Desta maneira, podemos dizer que os relativos espaços de autonomia tornam-se cada vez mais emaranhados e dependentes de um poder que lhes está fora de alcance.

Como poderíamos considerar apenas os microespaços se os bancos:

(...) tornam ainda mais esmagador esse predomínio de um punhado de grandes empresas, e dizemos esmagador no sentido literal da palavra, isto é, milhões de pequenos, médios e até grandes “patrões”, encontram-se de fato completamente submetidos a umas poucas centenas de financeiros milionários. (LENIN, 2003: 13).

Partimos assim do pressuposto de Poulantzas (1990) de que o modelo do Estado contemporâneo não é algo a parte da sociedade. Afinal, segundo este autor, é preciso compreender que o que dá sentido ao Estado são as relações de produção, e não de consumo, assim como as classes sociais que possuem fundamento nas relações de produção, que determinam a superestrutura da sociedade, elemento central da análise em termos de totalidade.



As transformações do Estado estão ligadas, principalmente, às transformações das relações de produção capitalistas que induzem transformações desta separação e, daí às lutas de classe.” (POULANTZAS, 1990: 59).

Vê-se assim que é muito grave erro da geografia pós-moderna, que consiste em tratar a espacialização de maneira atomizada ou fracionada. Este é um problema típico da condição subalterna, que se mantém neste estado justamente porque não consegue superar a fragmentação e a dependência. Como assinala Gramsci:

(...) dada a falta de autonomia dos grupos subalternos, suas iniciativas “defensivas” estão submetidas a leis próprias de necessidade, mais simples, mais limitadas e politicamente mais restritivas do que as leis de necessidade histórica que dirigem e condicionam as iniciativas das classes dominantes. (GRAMSCI, 2002: 138).

Isso vale para a análise espacial. Não devemos tratar o espaço apenas de modo atomizado, assim como as populações que habitam o espaço. Uma vez que, ao fracionar a sociedade em diversos segmentos, não se leva em conta, dentre tantas outras coisas, as relações de produção, que são bastante decisivas na estruturação da sociedade atual, mesmo que se apresentem sob múltiplas formas, as formas das diferentes formações sociais, ou socioespaciais e ainda territoriais. Se o espaço é fruto de uma sucessão incontável de tempos, nas palavras de Moraes: “Os

modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço” (MORAES, 2013: 34).

É importante ter claro que a pura e simples descrição dos territórios em quase nada serve aos subalternos. Ao ignorar elementos determinantes provenientes de outras escalas, acabamos por reproduzir a lógica das classes dominantes.

Portanto as transformações das matrizes espaço-temporais, relacionam-se à materialidade da divisão social do trabalho, da ossatura do Estado das práticas e técnicas de poder econômico, político e ideológico capitalistas, e são o substrato real das representações da ordem do mito, da religião, da filosofia, ou do “vivido” do espaço-tempo. (POULANTZAS, 1990: 112).

O meio urbano e sua configuração recebem, com incrível frequência, análises subjetivistas que por vezes se reduzem a escala do corpo humano. É a tendência de muitos estudos apoiados na metodologia foucaultiana. O que, talvez, autores de trabalhos que utilizem este tipo de metodologia não se deem conta é que:

A individualização e a privatização do corpo social residem nas práticas e técnicas de exercício do poder de um Estado, que num mesmo movimento totaliza essas mônadas divisas e incorpora em sua ossatura institucional a unidade. (POULANTZAS, 1990: 80).

Neste sentido, a realização de trabalhos extensos e descritivos balizados na nano ou microescala, muito pouco contribuem para uma emancipação dos grupos estudados. E assim também a segmentação do espaço (o espaço tornado território, como assinalou Milton Santos) pouco contribui para a compreensão do mesmo. Apesar disso, percebemos em diversos trabalhos que o principal objetivo é apenas a descrição de um determinado fenômeno espacial. Para Poulantzas, ilustrar

(...) a existência dessas matrizes não pode se reduzir a retraçar o encadeamento das formas de apropriação histórica do espaço social. (POULANTZAS, 1990: 113).

Não temos a pretensão de contestar a existência de inúmeros arranjos espaciais. Questionamos, no entanto, a demasiada relevância atribuída, por alguns autores do campo da Geografia, às mais diversas territorialidades sem conexão com a totalidade histórica. Como se essas territorialidades fossem dotadas de autonomia.

Para nós é evidente que as mais diversas relações sociais estão sujeitas a correlações de força e estas relações não se manifestam de maneira horizontal, mas sim vertical.

O equipamento do território constitui, assim, uma das bases de poder das grandes firmas. Estas realizam a “segmentação vertical do território” e “fazem com que o território passe a ser submetido a tensões muito mais numerosas e profundas... (Elas)

se impõem sobre o território, levando a mudanças rápidas e brutais dos sistemas territoriais em que se inserem (MORAES, 20013: 232).

Ou seja, é apenas quando concebermos o território como um campo de forças verticais que nos aproximamos de uma análise totalizante. Os territórios devem ser explicados de acordo com o poder das forças que os regem.

A existência concreta de frações territoriais, por si só, não é capaz de alterar o equilíbrio das relações de poder ou, melhor, o desequilíbrio das relações de poder. Sim, podemos identificar, mapear e descrever diversos usos e configurações do território. No entanto, não se pode ignorar que:

O território é formado por frações funcionais diversas. Sua funcionalidade depende das demandas a vários níveis, desde o local até o mundial. A articulação entre as diversas frações do território se opera através dos fluxos que são criados em função das atividades, da população e da herança espacial. (MORAES, 2013: 57).

A pesquisa que leva em conta apenas uma fração do território, não nos traz a perspectiva de classe. Portanto, estudar as relações de poder sem o recorte classista nos parece contraditório. Pois é evidente que os conflitos entre classes sociais, em última instância, são de extrema valia para a compreensão das relações

de poder e conseqüentemente para as diversas configurações territoriais.

Trata-se de apreender a organização material do poder como relação de classe em que a violência física organizada é condição de existência e garantia de reprodução. (POULANTZAS, 1990: 91).

Parte significativa da geografia contemporânea, organizada a partir da perspectiva pós-moderna, parece esquecer ou não sabe mesmo que a relação de poder mais influente e poderosa é aquela do conflito entre classes sociais. Como já dissemos neste trabalho, identificamos em Foucault uma grande influência neste tipo de geografia. Uma geografia para quem, como assinalou Harvey em crítica a Foucault,

(...) na verdade o único irredutível (...) é o corpo humano, por ser ele o 'lugar em que todas as formas de repressão terminam por ser registradas (HARVEY, 2013: 50).

Em oposição a esta geografia pós-moderna, seria preciso reconhecer, como em Milton Santos, que:

O espaço é uno e global, funcionando segundo um jogo de classes que tem sua demarcação territorial. Agir sobre um território sem que a ação seja pensada de maneira abrangente pode oferecer soluções tópicas, deixando intacto o estrutural. Observa-se que o território em sua visão demarca e qualifica porções do espaço, o que fundamenta o autor a falar da

“realidade socioeconômica territorial do país (MORAES, 2013: 193).

Assim, é necessário ressaltar o caráter político do território e, por conseguinte, das relações de poder. Uma vez que estas relações se materializam no espaço de modo vertical, a pura e simples descrição de arranjos espaciais não nos parece estar a serviço de uma geografia que tenha por objetivo servir à emancipação humana.

As classes dominadas, encontram na lei uma barreira de exclusão e igualmente a designação do lugar que devem ocupar. Lugar que é também lugar de inserção na rede político-social, criadora de deveres-obrigações e também direitos, lugar cuja posse imaginária tem consequências reais sobre seus agentes. (POULANTZAS, 1990: 94).

Ora, como seria possível falar seriamente em territórios de autonomia, se até mesmo os lugares a serem ocupados pela classe trabalhadora e os subalternos em geral são decididos pela classe dominante? Será mesmo que a grande massa de trabalhadores prefere viver na periferia ao invés do centro das cidades? Ou então que grupos juvenis têm o poder de organizar e estabelecer seus territórios? Já as prostitutas, escolhem e seus locais de trabalho de forma autônoma, ou ocupam os espaços que a elas são tacitamente permitidos? Acreditamos que as respostas aos questionamentos acima são negativas.

Ao observarmos a realidade concreta, é inequívoco que os setores marginalizados pelo capital ocupam os espaços-territórios destinados aos mesmos pelas classes dominantes. Deste modo, em nosso entendimento é profundamente contraditório falar em territórios de autonomia, os aparentes territórios autônomos nada mais são do que territórios destinados a grupos subalternos.

Milton Santos é claro nesse ponto, dizendo logo no início do volume que ‘a geografia sucumbiu às fragilidades do enfoque da pós-modernidade’, reafirmando sua rejeição ao uso indiscriminado de analogias e metáforas (como ao concluir, com ironia, que “o brilho literário das comparações nem sempre é sinônimo de enriquecimento conceitual. (MORAES, 2013, p. 90).

De fato, essas analogias não são outra coisa senão a subordinação da Geografia ao método das ciências naturais, onde os saltos dialéticos, ou seja, a progressão da história está ausente. Outrora Milton Santos já havia insistido que "toda teoria é sinônimo de teoria revolucionaria", ao passo que o puro empirismo, marca do positivismo nas ciências, se presta a um objetivo ideológico das classes dominantes.

Assim como Santos, compreendemos que os trabalhos que se baseiam na pura e simples descrição dos lugares e

territórios não prestam um bom serviço à Geografia e a emancipação dos grupos subalternos.



## **Conclusão**

A Geografia, assim como as demais ciências humanas, dispõe de setores significativos envolvidos com as concepções filosóficas pós-modernas. O apelo sedutor de discutir e compreender o mundo em suas mais variadas tramas exprimindo a voz e a organização coletiva de indivíduos e grupos que sempre foram renegados de qualquer processo hegemônico, sem dúvida é muito atraente.

É salutar o interesse da ciência por compreender a dinâmica e organização dos grupos subalternos. Todavia, o que encontramos como resultado do trabalho da Geografia pós-moderna são na maioria das vezes descrições simplistas, com fim em si mesmas.

Em um mundo permeado por diversas relações de poder, em toda parte se encontram configurações socioespaciais diferentes. Compreender estes arranjos espaciais é função da Geografia.

No entanto, o voluntarioso esforço de identificar, mapear e descrever as territorialidades de grupos é pouco elucidativo se estiver desprovido de um olhar totalizante. Precisamos ter claro que a apreensão da totalidade não se obtém apenas e nem principalmente através das relações cotidianas, mas sim da investigação dos processos historicamente construídos.

Por outras palavras, a mera constatação de um arranjo espacial não explica a sua existência. Os estudos geográficos devem ir além da aparência do objeto ao qual se dedicam para alcançar uma análise totalizante, e isto significa buscar a compreensão do processo sócio-histórico que culminou com sua formação.

Há muito que a história da humanidade é pautada pelas lutas de classes. Não atribuir a elas sua devida importância é um erro teórico-metodológico que deveria ser evitado por uma Geografia que se pretende realmente crítica.

Para entender a configuração de qualquer território é necessário trazer à luz a história e seu motor, a luta de classes. Uma vez que, no espaço total, o tempo se acumula em um processo que é sempre desigual, e isto em cada parte do planeta, seja por distintas razões ambientais ou humanas, temos aqui uma das motivações fundamentais da conflitualidade de classes em sua dimensão espacial ou territorial (países, regiões, blocos de países), que não pode ser negligenciada.

Desprezar estas lutas na conformação dos territórios não parece ser um caminho eficaz de compreensão da realidade objetiva. Por exemplo, como discutido no segundo capítulo deste trabalho, os nefastos desdobramentos do processo de independência do Haiti durante o século XIX, repercutem nas

mais diversas territorialidades da vida social e política do primeiro país independente da América Latina.

De fato, a partir do estudo atento da fase atual do capitalismo, o imperialismo monopolista, ou da experiência haitiana e de diversos outros povos oprimidos, retiramos a lição de que não é necessário controlar um território fisicamente para dominá-lo. Ou seja, é necessário observar o caráter amplamente político do território e das relações de poder que o envolvem, que se manifestam de modo sempre vertical.

É esta verticalidade, expressão do desenvolvimento desigual que envolve a territorialidade nas sociedades de classe, que perspectivas relativistas como a pós-moderna aqui estudada, na medida em que afastadas da abordagem totalizante, estão teórica e metodologicamente incapacitadas de apreender.

## **Referências Bibliográficas**

AGOSTI, Aldo. O Marxismo das periferias. In: ROIO, Marcos del (Org.). **Marxismo e Oriente**: quando as periferias tornam-se os centros. São Paulo: Ícone Editora, 2008. Cap. 5. p. 113-143.

AZZARÀ, Stefano G. Heidegger ‘inocente’: um exorcismo da esquerda pós-moderna. Trad. Marcos A. da Silva. In: **Crítica Marxista**, nº 42, 2016.

BRUIT, Héctor H. **O imperialismo**: O imperialismo na Ásia e na África O imperialismo na América Latina. Campinas: Atual Editora, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Cap. 6. p. 165-205.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital:** e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Guerra Civil nos Estados Unidos: A questão americana na Inglaterra. **New York Daily Tribune**. Londres, p. 1-34. 11 out. 1861. Disponível em: <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_bibliotec/a/documento2018\\_06\\_29\\_20\\_39\\_55.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_bibliotec/a/documento2018_06_29_20_39_55.pdf)>. Acesso em: 09 jul. 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: Isso Serve Em Primeiro Lugar Para Fazer A Guerra**. 10. ed. São Paulo: Papirus, 1988.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2003.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes:** uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território na Geografia de Milton Santos**. São Paulo: Anna Blume, 2013.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992

SANTOS, Milton. **Por uma Nova Geografia: Da Crítica de Geografia à uma Geografia Crítica**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SPÓSITO, Eliseu Sáverio; SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). **Território e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Cap. 4. p. 73-94. Disponível em:

<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPÓSITO.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

SILVA, Marcos Aurélio da. **FES: transições, vias de desenvolvimento e questões territoriais: uma abordagem a partir de Antonio Gramsci**. In: Biblio 3W - Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, vol. XXI, n. 1161, Barcelona, 2016.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

STÁLIN, Josef. **O marxismo e o problema nacional e colonial**. 1913. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/stalin/obras/problema/index.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. Cap. 3

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Urbanização e Desenvolvimento no Brasil Atual**. São Paulo: Ática, 1996.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ PRÓ-REITORIA DE ENSINO (Itajaí). **Cadernos formação continuada ensino superior**. 2011. Disponível em: <[http://www.univali.br/vida-no-campus/biblioteca/Documents/elaboracao\\_de\\_trabalhos\\_academicos-cientificos.pdf](http://www.univali.br/vida-no-campus/biblioteca/Documents/elaboracao_de_trabalhos_academicos-cientificos.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2017.